



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



OS
Nº 70023024433
2008/CÍVEL

AÇÃO DIRETA
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70023024433

COMARCA DE PORTO ALEGRE

EXMO.SR.DR. PROCURADOR-GERAL
DE JUSTIÇA

PROPONENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DE PROTASIO ALVES

REQUERIDO

PREFEITO MUNICIPAL DE PROTASIO
ALVES

REQUERIDO

EXMO.SR.DR. PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO

INTERESSADO

Decisão

1. O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Dr. Mauro Henrique Renner, legitimado pelo inciso II do parágrafo 2º do artigo 95 da Constituição do Estado, propõe “**Ação Direta de Inconstitucionalidade**” com o propósito de ver declarado inconstitucional o limite de idade máximo de 45 (quarenta e cinco) anos para o provimento dos cargos de Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais, Cirurgião Dentista, Fiscal Sanitarista, Fiscal Tributário, Motorista, Técnico Agrícola, Técnico em Contabilidade, Técnico em Enfermagem, Telefonista-Atendente, Tesoureiro e Veterinário, constantes do Anexo I da Lei Municipal nº 716/2005, do Município de Protásio Alves.

Nas razões, afirma que o ingresso no serviço público somente pode ser obstaculizado, em face da imposição de limite de idade, nas hipóteses em que a razoabilidade assim indicar, asseverando que no caso em análise o limite máximo de idade previsto para os cargos indicados viola o princípio constitucional que proíbe a adoção de critérios discriminatórios na admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. Refere a falta de justificativa na fixação do limite etário, visto que as atribuições são, em sua maioria, de natureza burocrática realizáveis



OS
Nº 70023024433
2008/CÍVEL

por qualquer pessoa maior. Pondera que certos cargos até exigiriam certo vigor físico diferenciado, a justificar a discriminação, tais como os relativos aos serviços de auxiliar de serviços gerais, motorista e técnico agrícola, assinalando que apesar disso, nada leva a crer que uma pessoa saudável não conseguiria cumpri-las adequadamente, o que demonstra a inconstitucionalidade da restrição imposta, por afronta ao artigo 7º, inciso XXX, c/c o art. 39, da Constituição Federal, normas de observância obrigatória pelos Municípios, nos termos dos artigos 8º, *caput*, e 29, inciso XIV, da Constituição Estadual. Com estes argumentos, pede a procedência da ação.

É o Relatório.

Decido.

2. Não há, na presente ação direta de inconstitucionalidade, pedido de suspensão liminar do dispositivo legal taxado de inconstitucional.

Diante disso, em atendimento ao disposto no art. 213, § 2º, do RITJ, notifiquem-se o Sr. Prefeito do Município de Protásio Alves e o Presidente da Câmara de Vereadores para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem as informações que entenderem necessárias.

Cite-se, com prazo de 40 (quarenta) dias, a Dra. Procuradora-Geral do Estado, para que ofereça a defesa do ato normativo, na forma do artigo 95, § 4º, da Constituição Estadual.

Após, vista ao Dr. Procurador-Geral de Justiça.

Diligências legais.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2008.

DES. OSVALDO STEFANELLO,
Relator.